

Hora de substância

GOVERNO PRECISA DE RESULTADOS CONCRETOS QUE ALIVIEM PRESSÃO SOBRE A SUA CREDIBILIDADE

Marcelo de Paiva Abreu

Por alguns meses o atual governo foi capaz de ganhar tempo enquanto tratava de consolidar base política que lhe assegurasse condições mínimas de operação e de redefinir o seu projeto político de longo prazo. De um lado, Lula encantava o Brasil - ou pelo menos boa parte dele - e o mundo com a mensagem do pertinaz líder operário que coroou com sucesso sua carreira pública encarnando a esperança de um Brasil mais justo no futuro. Enquanto isto, a peça central do dispositivo de defesa da credibilidade do novo governo era assegurada por compromisso inequívoco com a virtude macroeconômica no núcleo decisório instalado na Fazenda e no Banco Central. No mais, assistiu-se a um triste festival de bate-cabeças em relação a quase todas as políticas que compunham a agenda positiva da coalizão governamental, resultado de nítida falta de intimidade com o mundo real. A única iniciativa com potencial para, a um tempo, reforçar o compromisso do governo com sua reformulada agenda de mudança e abrir espaço nas contas públicas para promover algumas das políticas sociais tradicionalmente defendidas pelo PT, era a Reforma da Previdência, com redução de privilégios que em muitos casos beiravam o abusivo.

Nas últimas semanas este quadro vem mudando radicalmente. A imagem de *business as usual* em relação aos direitos de propriedade foi seriamente arranhada pela explicitação das contradições entre o governo que apoia o MST e o mesmo governo que é responsável por fazer valer o direito de propriedade. Em outro episódio relacionado a flexibilizações desafortunadas de obrigações legais, foram questionadas condições contratuais relativas à provisão de serviços públicos. Repentinamente, voltou-se ao velho Brasil no qual causava espécie que investimentos estrangeiros pudessem ter a preocupação em ser remunerados levando em conta as flutuações cambiais.

A exposição excessiva de Lula no cenário mundial mostra sinais claros de fadiga. As posições ventiladas pelo presidente começam a soar o que de fato são: catequese ingênua de estadistas de países desenvolvidos que, mesmo socialistas, se mostram pouco sensíveis às propostas genéricas e desalinhadas que têm pautado as declarações presidenciais. As gafes do presidente, reais ou alegadas, provavelmente não merecem a repercussão que tiveram. Afinal, gafe por gafe, vai ser difícil bater a marca estabelecida pelo último general-presidente que, ao cumprir a obrigação protocolar de colocar flores no Arco do Triunfo, em dia frio em Paris, achegou-se à pira na qual arde a chama no túmulo do soldado desconhecido.

O que importa é avaliar o benefício líquido da diplomacia presidencial. A recente visita à

Europa começou com discurso impertinente de deputado de direita português. Desdobrou-se com excessos de linguagem presidencial na crítica aos EUA e manifestações explícitas de discordância por parte do presidente polonês, adepto contumaz de alinhamentos sem restrições, hoje com o governo Bush. O tropeço seguinte de Lula, sugerindo inadvertidamente a aposentadoria prematura de Tony Blair, não seria tão sério se a probabilidade de que de fato ocorra não fosse tão alta.

Não há nenhuma garantia de que os sucessivos esclarecimentos por parte do Itamaraty de que "não foi bem assim" sejam capazes de sanar inteiramente os efeitos colaterais dos improvisos menos felizes do presidente da República. As relações entre o Brasil e os EUA foram seriamente afetadas no governo anterior pelas repercussões em Washington de discurso altamente crítico aos EUA do presidente Fernando Henrique Cardoso na assembléia nacional francesa. Só falta que se arruine a bem-vinda reaproximação entre Brasil e EUA, que culminou na recente visita de Lula a Washington, por conta de uma frase de efeito em reunião notoriamente destituída de maior sentido como a recente cúpula da terceira via.

Diplomacia de plumas deixa pouco rastro no mundo real. A única faceta menos abstrata do roteiro recente foi a extração de manifestação de Tony Blair favorável à postulação brasileira de um lugar em futura ampliação do Conselho Permanente das Nações Unidas. Trata-se de objetivo talvez caro ao Itamaraty por reviver anseios frustrados desde a Sociedade das Nações, mas de prioridade duvidosa. Pairam dúvidas quanto ao futuro papel do Conselho de Segurança pós-guerra do Iraque. Há temores de que o sucesso no pleito envolva significativo ônus financeiro adicional. A recente perda de face do Chile e do México, no quadro das pressões norte-americanas para obter apoio para a invasão do Iraque, sugere quão espinhosa pode ser uma posição que exponha o País às pressões permanentes do unilateralismo dos EUA. Enquanto isso, na diplomacia que importa, e especialmente no terreno econômico, os obstáculos parecem de difícil remoção no plano multilateral e na negociação com Bruxelas, por conta da timidez das possíveis propostas agrícolas européias. E, também na negociação da Alca, já que a proposta dita de três trilhos do Mercosul provocou, para usar linguagem diplomática, parco entusiasmo em recente reunião de vice-ministros dos países do hemisfério. Como diria Garrincha, faltou combinar com os russos. No caso, com os norte-americanos.

Lula fez falta no que mais importa. A tarefa prioritária para o governo é assegurar que se aprove uma reforma previdenciária decente que, além de seus méritos diretos quanto à credibilidade do governo e às suas conseqüências fiscais, possibilite um arrefecimento das pressões sobre a gestão da política macroeconômica. Muito gente pode não gostar mas é aí que está boa parte do núcleo duro do governo.

Marcelo de Paiva Abreu é professor em licença sabática do Departamento de Economia da PUC-Rio.